

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA**  
**INTELECTUAL NA ESCOLA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Daiana Soares Nunes**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2016**

**PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA  
ESCOLA**

**Daiana Soares Nunes**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Especial.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiane Negrini**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2016**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Curso de Licenciatura em Educação Especial**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
Aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA**

Elaborado por

**Daiana Soares Nunes**

Como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Especial

**Comissão Examinadora**

---

Tatiane Negrini, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> UFSM/Dr<sup>a</sup> (Orientador)

---

Anelise dos Santos da Costa, Prof<sup>a</sup> (UFSM)

---

Carolina Terribile Teixeira, Prof<sup>a</sup>

---

Denise Medina Fidler (Suplente)

Santa Maria, 22 de dezembro de 2016.

## RESUMO

### PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA

AUTORA: Daiana Soares Nunes

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> TATIANE NEGRINI

A perspectiva da inclusão no Brasil conquistou sua prerrogativa legal a partir 1988 quando foi regulamentada a Constituição Brasileira e logo após ganhou reforço da LDB de 1996. Com base nesta constituição, esta pesquisa possui sua relevância uma vez que aborda a educação do sujeito com deficiência intelectual, tendo em vista que se observa que muitos profissionais estão despreparados para receber estes indivíduos. Deste modo o tema do estudo são as práticas educacionais com jovens com deficiência intelectual na escola. Torna-se de extrema importância que estes sujeitos com deficiência intelectual estejam incluídos em alguma escola de ensino regular, para que seu desenvolvimento pedagógico seja atingido com maior sucesso dentro do sistema regular de ensino. O objetivo da pesquisa foi investigar as práticas educacionais com jovens com deficiência intelectual na escola. Deste modo buscou-se investigar e identificar os apoios para a aprendizagem recebidos pelos jovens com deficiência intelectual na escola. A metodologia utilizada neste trabalho foi uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, sendo que a mesma deu-se através de um questionário onde os entrevistados foram identificados como T1, T2 e T3. Portanto, ao finalizar esta pesquisa, constatou-se e debateu-se a respeito da situação de inclusão de sujeitos jovens com Deficiência Intelectual na escola.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Deficiência Intelectual; Práticas Educacionais; Inclusão.

## **ABSTRACT**

### **PEDAGOGICAL PRACTICES FOR YOUNG PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN SCHOOL**

**AUTHOR:** Daiana Soares Nunes

**ADVISOR:** Prof<sup>a</sup> TATIANE NEGRINI

The perspective of inclusion in Brazil gained its legal prerogative since 1988 when the Brazilian Constitution was regulated and soon after it was reinforced the LDB of 1996. Based on this constitution, this research has its relevance since it addresses the education of the subject with intellectual disability , Considering that many professionals are unprepared to receive these individuals. In this way the subject of the study is the educational practices with young people with intellectual deficiency in the school. It is extremely important that these subjects with intellectual disabilities be included in some regular school, so that their pedagogical development can be achieved with greater success within the regular system of education. The objective of the research was to investigate educational practices with young people with intellectual disabilities in school. In this way, we sought to investigate and identify the support for learning received by young people with intellectual disabilities in school. The methodology used in this work was a descriptive research with a qualitative approach, and the same was done through a questionnaire where the interviewees were identified as T1, T2 and T3. Therefore, at the end of this research, it was verified and debated about the situation of inclusion of young subjects with Intellectual Disability in school.

**Key - Words:** Special Education; Intellectual Disability; Educational Practices; Inclusion.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2. REFERENCIAL TEORICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. HISTORICO DA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2. ESTUDO E DEFINIÇÕES SOBRE DEFICIENCIA INTELLECTUAL.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3. PRATICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O JOVEM COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL.....</b>	<b>22</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>4. ANALISE DOS DADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>42</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da minha trajetória no Curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria percebi que algumas escolas municipais e estaduais não tinham uma proposta de inclusão baseada naquilo que as pessoas com deficiências necessitam para interagir e construir seu espaço social.

Portanto, ao fazer um resgate histórico, verifica-se que em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os estudantes com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e reforça o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996) reiterou o objetivo maior do ensino fundamental, isto é, o oferecimento de formação básica para a cidadania, tendo como base os princípios de uma sociedade inclusiva. A escola deve propiciar condições de aprendizagem que levem ao domínio da escrita, da leitura, do cálculo, da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores da sociedade, bem como ao desenvolvimento da aprendizagem e da solidariedade humana.

No decorrer da vida escolar, tive pouco contato com colegas que apresentavam alguma deficiência, fosse ela intelectual ou não. Tive a oportunidade de ter contato com estes sujeitos ao conhecer a filha de uma amiga que tem deficiência intelectual. Percebia que a menina tinha pouca vontade de ir na escola, mas sem saber o porquê, perguntei para sua mãe, a qual me relatou que as escolas de Santa Maria, isto no ano

de 2007/2008, não estavam adaptadas para receber aquele sujeito com deficiência nas salas regulares e acabava sendo atendida somente em sala de recursos.

[...] Embora a perspectiva da inclusão escolar no Brasil tenha conquistado sua prerrogativa legal desde a Constituição de 1988 e tenha dispositivos reforçados na LDB de 1996, na prática, foi apenas no início do século XXI que a política educacional se radicalizou, induzindo gradualmente a matrícula compulsória dos estudantes com Deficiência intelectual em classes comuns do ensino regular, além de sugerir a transição de matrículas das escolas especiais para as escolas públicas, a conversão das classes especiais em salas de recursos e das instituições especializadas em Centros de Atendimento Especializado.” (BATISTA, 2006, p.4 apud MENDES E MATURANA, 2006, p.4).

Em outros ambientes escolares as educadoras que atuavam nas escolas tentavam proporcionar atendimento com uma proposta de inclusão para alunos com deficiência intelectual dentro de salas regulares.

[...]A organização de provisões educacionais na forma de instituições especializadas e classes especiais, em escolas públicas, predominou no cenário brasileiro até que emergiu o acalorado debate sobre a inclusão escolar, em meados da década de 1990, como influência de políticas internacionais, principalmente da norte-americana, defendendo a escolarização de alunos com deficiências prioritariamente nas classes comuns das escolas regulares e a abolição dos serviços de escolarização separados (MENDES, 2006, p.4 apud MENDES E MATURANA, p.4)

Muitos sujeitos com deficiência intelectual presentes na escola não eram e não são incluídos, considerando a perspectiva da educação inclusiva, onde deveriam estar presentes dentro de uma sala regular nas escolas. Alguns alunos com deficiência estão sendo acompanhados somente por salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou instituições filantrópicas e não sendo incluídos nas escolas regulares, como sugere a lei da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (BRASIL, 2008, p.19).

O importante é que este sujeito com deficiência esteja matriculado em alguma escola para que seu desenvolvimento cognitivo tenha avanços na educação, e não importa a sua deficiência este sujeito tem que estar em processo de estimulação e aprendizagem.

Retornando à minha trajetória, chegando ao ensino médio, deixei de estudar por longo tempo, sendo que depois de dois anos retornei aos estudos, assim concluindo. Buscando saber mais sobre as profissões, fiz a opção pelo Curso de Enfermagem - era o curso que queria fazer na UFSM, mas como é muito concorrida a vaga, não consegui naquele ano (2008). Ao passar dos anos somente fui realizar novamente as inscrições na UFSM em 2011 com a nota do Enem, acabei fazendo as inscrições nas vagas remanescentes, tentando uma vaga para o curso de Educação Especial mas sem perspectiva de que conseguiria esta vaga na área da educação. Como já tinha tentado outras vezes, não estava muito confiante pois a UFSM é muito concorrida em alguns cursos e, ao conferir os nomes no listão vi que eu tinha sido selecionada. Consegui realizar o sonho de estar incluída na lista de chamada da UFSM e na área da Educação Especial, em Março de 2012 eu já estava iniciando o curso.

Durante a graduação no Curso de Educação Especial, no qual ingressei no ano de 2012, tivemos a oportunidade de ter disciplinas onde fomos para estágios nas escolas e assim tendo contato com sujeitos com vários tipos de deficiência. Meu interesse pela área de deficiência intelectual foi a partir de uma disciplina que tivemos, onde estes contatos com os sujeitos com deficiência intelectual foi sendo incluído no currículo para uma prática de ensinamento e conhecimento nesta área da educação, e por perceber que muitos daqueles sujeitos que encontrei durante minha trajetória são excluídos da sociedade.

O contato com uma escola e a educadora especial foi no primeiro semestre de dois mil e dezesseis (2016) na disciplina de Metodologia do Déficit Cognitivo, onde realizei observações. O que me chamou atenção e me fez direcionar esta pesquisa foi a forma de como este sujeito/aluno que será mencionado como "A" não permanecia em sala de aula por muito tempo. Segundo a monitora de um estudante que lhe acompanhava, este sujeito por não entender o que a professora regente da sala

passava no quadro negro, acabava ficando nervoso sem saber o que se passava. Então o sujeito e a monitora acabavam saindo da sala de aula. A professora regente da turma sempre dava algumas atividades para a monitora trabalhar com ele na sala AEE.

Com o decorrer dos estágios e percebendo a realidade das escolas, passei a me questionar porque aqueles alunos, ditos como incluídos, não estavam sendo incluídos e não interagem com suas turmas por muito tempo? Porque muitos educadores não estavam ou não estão preparados ainda para receber estes sujeitos com deficiência? Como iria interagir com esses sujeitos? Como trabalhar os conteúdos escolares? Essas são algumas das questões que me fizeram pensar muito no decorrer do curso.

O tema do trabalho de conclusão de curso foi algo inesperado, que surgiu em conversa com uma amiga a partir da dúvida de porquê aqueles sujeitos estariam abandonando sua aprendizagem educacional depois de jovens. Assim ficando entusiasmada com a chance de realizar tal estudo imediatamente pensei em investigar o contexto deste sujeito na escola.

A escolha do tema para a pesquisa "Educação de Jovem com deficiência intelectual" se deu pelo fato de como estes alunos estão sendo incluídos no sistema regular de ensino. Com o tempo percebi que muitos desses sujeitos vão às escolas regulares em que são matriculados, mas com o decorrer da vida estes estudantes acabam saindo do sistema educativo pelo fato de que a escola acaba não fazendo sentido na vida desses sujeitos, muitos acabam ficando em suas residências e não tendo mais interesse pelos estudos e nem com a sociedade.

Durante minhas observações de estágio em uma escola em Santa Maria pude perceber que o aluno incluído na escola tinha aparentemente uma boa relação com colegas, professores, direção, monitora, funcionários. O aluno mencionado como "A" tem 16 anos e está no 4º ano do ensino fundamental. O estudante também tem acompanhamento de fonoaudiologia na APAE duas vezes por semana, todas as terças-feira e quartas-feira das 09h até 11h. Depois de muito tempo na fila de espera para ser chamado e para ter o acompanhamento da fonoaudiologia, neste ano 2016 o sujeito conseguiu a vaga e também depois de muitas ligações para a instituição a família conseguiu com que este sujeito fosse encaminhado.

O aluno "A" foi encaminhado para atividades educativas em uma instituição especializada em Santa Maria, pois segundo a educadora da escola por mais que o ambiente escolar lhe ofereça ensino pedagógico apropriado, este sujeito precisa de ambientes onde possa ter outros conhecimentos.

É importante ressaltar que no caso do aluno "A", a escola possui possibilidades na oferta de aprendizagem e autonomia e assim é verificado o quanto o aluno "A" conseguiu avançar desde que ingressou na escola. O Aluno consegue ir e vir sozinho para escola, traz consigo a chave da casa e consegue permanecer todo o tempo do turno na escola realizando atividades diversas. Mas, sua aprendizagem, por não seguir o currículo regular do ensino fundamental, acaba ficando aquém do currículo regular vigente da escola e sua idade, relativamente destoante do restante da turma regular. E como não temos no município o EJA diurno para alunos com deficiência, foi necessário encaminhá-lo para oficinas profissionalizantes, visto que o aluno "A" demonstrou habilidades na área de marcenaria.

É urgente registrar a inconstância de Políticas e serviços direcionados para a essa modalidade tão importante que é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com Deficiência Intelectual. Tem-se por conhecimento que poucos estudos e pesquisas existem sobre a temática da educação de jovens com deficiência, assim como as práticas efetivamente existentes em municípios em todo o país.

É imprescindível uma discussão sobre a necessidade de colocarmos em vigor essa modalidade de escolarização para os alunos com deficiência intelectual, contemplando de maneira sólida as ações educacionais à inclusão social e educacional na modalidade em estudo, ou seja, EJA<sup>1</sup>.

Há que se pensar principalmente na formação de profissionais para que haja um trabalho de excelência com essa especificidade de alunos que já trazem em seu histórico de vivências muitas privações, rótulos e exclusões, durante toda sua vida

---

<sup>1</sup> A EJA não é o meu foco para a conclusão deste trabalho de conclusão de curso, apenas deixo registrado mais uma modalidade de ensino importante para a concretização dos estudos dos sujeitos com deficiência intelectual.

escolar, trazendo perturbações e estranhamento em seu aprendizado.

Conforme Correia, Heidrich e Rateke (2007, p. 26), o aluno que frequenta a EJA,

[...] traz na sua trajetória escolar a lembrança da exclusão, o sentimento de impotência e do fracasso, os quais, na maioria das vezes, são atribuídos como de sua responsabilidade. O fracasso, via de regra, é atribuído ao aluno e não à escola e isso interfere, sobremaneira, em sua autoestima.

Esse estigma instalado no alunado que frequenta essa modalidade de ensino é percebido com frequência como: a falta de recursos, o sucateamento de escolas, a falta de formação de professores, manutenção das escolas, falta de professores, enfim, tudo isso para os estudantes que frequentam ou que necessitam frequentar a EJA na modalidade de educação especial. Isso é percebido de maneira muito mais significativa com os estudantes com deficiência intelectual, pois a sua caminhada já traz muitas barreiras e impedimentos em sua construção de aprendizagem, algumas vezes sucedendo vários fracassos, interferindo em sua vida emocional e cognitiva.

O aluno "A" frequenta a sala de AEE durante duas vezes por semana no turno inverso, com duração de uma hora (1h) cada atendimento com a educadora especial, a qual lhe dá uma atenção e lhe propõe atividades (jogos que despertem sua atenção, motricidade, memorização) que são concluídas com sucesso.

No Curso de Educação Especial tive o interesse em realizar uma pesquisa que abordasse a educação dos jovens com deficiência intelectual, sendo que é importante trazer esta experiência e estes debates para o meio acadêmico.

Apresento como problema de pesquisa: como esta sendo a educação dos jovens com deficiência intelectual na escola? Que expectativa a escola possui na educação desses alunos?

Como objetivo geral busco investigar as práticas educacionais para jovens com deficiência intelectual na escola. Quanto aos objetivos específicos, traço os seguintes: Identificar os apoios para aprendizagem recebidos pelos jovens com deficiência

intelectual na escola; Reconhecer como vem acontecendo as práticas inclusivas para um jovem com deficiência intelectual; Investigar quais expectativas os profissionais da escola possuem quanto à educação do jovem com deficiência intelectual.

Assim, ao longo do trabalho, apresento a metodologia que será desenvolvida, com capítulos de referencial teórico sobre o tema em discussão, assim como a análise dos dados e as considerações finais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A história da deficiência intelectual já vem sendo discutida desde séculos anteriores, e vem sendo acompanhada de a história da deficiência intelectual, a evolução e as formulações dos direitos na trajetória da filosofia humanística. Sendo assim algumas instituições do século XIII foram as primeiras a acolher as crianças com deficiência intelectual e eram mantidas pelos católicos.

A história registra semelhantes formas de ver o indivíduo com deficiência, sendo que muitos eram abandonados, superprotegidos, aniquilados, segregados, passando pelo processo de integração, e deste modo sendo vistos e tratados, sendo que hoje se tem algumas reflexões sobre a inclusão.

Para Gagheti, Medeiros e Nuernberg (2013, p.13) "o conceito da deficiência intelectual tem uma relação estreita com as concepções sociais, políticas, econômicas e ideais de cada período da história".

Na Roma muitas pessoas com deficientes eram mortas e sujeitadas a uma purificação para ser libertados dos espíritos malignos.

Assim como a loucura, a deficiência na antiguidade oscilou entre dois pólos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou dos demônios; ou algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano. Do venerável saber do oráculo cego á "animalidade" da pessoa a ser extirpada do corpo sadio da humanidade. Assim foi por muito tempo, em varias civilizações (ancestrais da nossa) (Amaral 1994, p.14 apud CASTRO, 2011, p.7).

Com atitudes de proteção e de muitas rejeições, deu-se lugar a filantropia que atualmente prevalece, mesmo com as pessoas com deficiência e seus apoiadores mostrando empenho para que seus direitos sejam reconhecidos. As pessoas com deficiência, neste período em que ações filantrópicas começam a ser executadas,

começam a escapar do abandono e surge o ato assistencial para as pessoas com deficiência. Estas instituições eram religiosas, e mantinham essas pessoas escondidas e sem contato com a sociedade, o que hoje pode ser considerado um forma de segregação.

No período do século XIII as pessoas com deficiência eram considerados desígnios de um ser divino, sendo esta doutrina uma superstição mística a sofrer alterações, dando início ao renascimento.

Antigamente apenas pessoas que eram herdeiras de bens tinham o atendimento adequado para suas necessidades, sendo assim, os demais não possuíam serviços e atendimentos prestados pela sociedade, sendo segregados e visto de modo "estranho" pelos demais sujeitos.

Com a transição do sistema feudal para o sistema mercantil, a igreja católica sempre esteve no monopólio do poder junto às monarquias e assim a igreja começou a perder o controle de alguns setores, e desta forma os olhares destinados a teologia passaram para o ser humano. O homem passou a ser visto como um ser de raciocínio, e como consequências surgiram os estudos voltados para as tipologias. Deste modo a deficiência passa a ser vista com o olhar clínico, empregando-se um caráter patológico, seguido de tratamentos com medicações para suas respectivas doenças.

[...] Com modelo médico “centrado nas deficiências de caráter biológico, orgânico ou funcional que precisam de um tratamento especializado (...) as respostas educativas terão de ser especializadas e desenvolvidas em contextos específicos, isolados se não em caráter definitivo, pelo menos temporário. (GONZÁLES, 2002. p. 75 apud CASTRO, 2011, p.08,).

Nesta concepção medieval muitas pessoas com deficiência não eram vistos como problema científico e nem como problema sociopolítico, estavam sendo colocados em grupos sociais. Deste modo à medida que o direito do homem a igualdade a cidadania passavam a ser uma preocupação para os sujeitos com deficiência, a percepção em relação ao sujeito com deficiência e tornando com que estes sujeitos fossem relacionados com o aspecto medico - pedagógicos. Assim, normalizando para

que estes deficientes recebessem atendimentos instituições ou ambientes parecidos para que esses sujeitos fossem incluídos à sociedade. AMARAL (1994, p.40 apud CASTRO, 2011, p.08) diz que: normalizar é uma tentativa de “neutralizar ao máximo a diferença”.

O olhar que era supersticioso sobre a deficiência intelectual era em cima da crença na qual o sujeito prevalecia sem recursos da sua razão, merecendo morrer para que fosse purificado, segundo a igreja católica. A deficiência era algo como uma pré-formação sem ter contato com o social e sem influencias, passando ser questionada e considerando uma origem orgânica.

Os centros de reabilitação foram surgindo aos poucos na década de 1960, no Brasil e esses centros eram para crianças com deficiência, para unir o ensino as pessoas com deficiência ou não.

A segregação foi o primeiro paradigma, onde a pessoa com deficiência ficaria mantida em ambientes separado do social. A integração desses sujeitos começou a ser o marco na década de 70, sendo que a declaração começou a ser adotada para que fosse direito da pessoa com deficiência, a igualdade das pessoas com deficiência para que tivessem acesso do espaço comum da vida em sociedade.

O paradigma da inclusão foi sendo o principio de igualdade, dando oportunidades ao aluno se inserir no sistema social, e assim a política da educação especial começa a ganhar forças para lutar contra a exclusão desses sujeitos da sociedade. A sociedade ainda tem aquele receio sobre a inclusão desses sujeitos, pois nem todos da sociedade aceitam em escolas comuns.

Segundo Glat e Fernandes (2005, p.159),

O ensino não favoreceu o ingresso dos alunos com deficiência nas escolas regulares, eles permaneciam segregados e a educação especial continuava a ser um serviço paralelo da educação regular, possuindo, inclusive, metodologias de ensino e currículo próprios.

Diante disto, algumas escolas hoje dizem não estar preparadas para receber

essas pessoas com deficiência, pois nem todos os professores estão preparados para recebê-los em sala de aula regular e sendo assim alguns destes sujeitos permanecem ainda somente em escolas especializadas ou somente em atendimentos educacionais. Por mais que hoje exista uma lei que inclui estes sujeitos em sala de aula regular, muitos deles estão matriculados neste contexto escolar e ficam somente com sua monitora em sala de aula regular ou mesmo fora dela, ou seja, não estão sendo incluídos junto com outros alunos.

É importante registrar que os profissionais da educação especial, desde seus antepassados até os dias de hoje, são alguns dos responsáveis pelos avanços da inclusão junto com as escolas especiais e o ensino regular. A inclusão e a exclusão estão ligadas a questões culturais para que estas pessoas com deficiência tenham acesso na educação.

Nos dias de hoje a educação desses sujeitos com deficiência está sendo desenvolvida de várias formas como atendimentos em sala de recursos multifuncional, com a oferta do AEE, ou colaborativa junto à sala de aula regular.

O ensino colaborativo para os alunos com deficiência intelectual é muito fundamental pois é uma metodologia viável onde os sujeitos com deficiência deve interagir com o outro, o professor como suporte para que esta condição colaborativa ocorra os profissionais terão que ter condições necessárias como: voluntarismo, estações de ensino, participação, equivalência entre os participantes e a existência de um objetivo. Sendo assim os profissionais da educação da escola vai possibilitar que cada profissional com a experiência que tem auxilie na aprendizagem e comportamento dos alunos.

A sociedade, depois que muitos desses sujeitos foram incluídos junto à escolarização com crianças sem deficiência, ficou com certo receio, especialmente algumas famílias, por terem estes sujeitos incluídos juntos com seus filhos nas escolas. Posteriormente houve maior aceitação das pessoas com deficiência juntamente com aquela comunidade ou ambiente onde estava inserido.

Por mais que as leis para estes sujeitos estão sendo defendidas e algumas em vigor, a sociedade tem um olhar com certo receio em ter estes sujeitos nas escolas

regulares, sendo que muitos professores pensam que eles teriam permanecer ainda em escolas especializadas.

A luta pela inclusão desses sujeitos já vêm sendo discutida e trabalhada desde 1988 onde teve aprovação da Constituição Brasileira (1988) e também a partir da Declaração Salamanca (1994), sendo que começou a ter mais forças a partir da LDB (1996), dando mais uma contribuição em prol de uma educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994) diz que: “A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular”.

A escola tem o dever de proporcionar ao aluno a formação básica, e com isso meios em que o aluno possa ter facilidade e acessibilidade para o melhor desenvolvimento da aprendizagem.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BASIL, 2008), esta direcionada os alunos da educação especial para receber também o atendimento educacional especializado, apoiando com uma atuação mais ampla, recursos, formação continuada e práticas colaborativas junto aos professores do ensino comum.

## **2.2 Estudos e definições sobre deficiência intelectual**

A condição que hoje se conhece por deficiência intelectual foi marcada ao longo da história por conceitos diversos, como idiota, imbecil, débil mental, retardado, entre outros. Hoje o conceito de deficiência intelectual tem como base o sistema de classificação da American Association on Intellectual and Developmental Disabilities- AAIDD. Segundo essa definição, a deficiência intelectual é compreendida como uma condição caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo que está expresso nas habilidades adaptativas

conceituais, sociais e práticas, manifestadas antes dos dezoito anos de idades (American on Mental Retardation - AAMR, 2006).

Na década de 50, a AAMR passou a definir que suas áreas sócios-educacionais fossem balizadas, ou seja foram publicadas como manuais em 1952, sendo que sua primeira publicação foi trazer a definição de como a deficiência origina-se, baseando-se no período do desenvolvimento e se associando a seu comportamento adaptativo. Sendo que o conceito era de teste de quociente intelectual (Q.I) para um diagnóstico clínico, e era observado na prática tendo grandes evoluções educacionais desses sujeitos com deficiência intelectual. Segundo Mendes (1996, p.125 apud CASTRO, 2011, p.12), “Na perspectiva educacional as pessoas com diferentes graus de deficiência ou retardo mental começam a ser classificadas como 'educáveis', 'treináveis' e 'dependentes' ou 'custodiais'”.

A AAMR utilizava o termo “retardo mental” a alguns anos atrás, porém no ano de 2006 membros da organização votaram para que houvesse uma mudança na nomenclatura da mesma que passou a ser chamada de Associação Americana de Inteligência e Desenvolvimento Incapacidade (AAIDD).

Em uma conferência realizada no Canadá a deficiência intelectual passa a constar na Declaração internacional de Montreal (2001). Este termo também era recomendado pela Associação Internacional de Estudos Científicos das Deficiências Intelectual, mesmo assim a AAMR continuava como base o conceito sobre a deficiência mental, assim estes termos eram trazidos a tona como uma questão para ser discutida e analisada.

Segundo o autor Pan (2003, p.59, apud CASTRO, 2011, p.16) diz que: “estes conceitos elaborados pela AAMR deixa de construir a função intelectual do deficiente passando para um diagnóstico de variados grupos de síndromes otimizando uma perspectiva de possibilidade na evolução do sujeito”.

A AAMR fez uma atualização dos seus conceitos em 2006 sobre a deficiência intelectual se referindo que seu comportamento adaptativo é de incapacidade são de funcionamento intelectual ou limitações, habilidades conceituais, social e práticas, mesmo que estas incapacidades sejam adquiridas somente com a idade de 18 anos.

No ano de 2006 a AAMR apresentou cinco hipóteses para estes conceitos:

Hipótese 1-As limitações no funcionamento atual devem ser consideradas dentro do contexto dos ambientes da comunidade características das pessoas da faixa etária e da mesma cultura do indivíduo.

Hipótese 2-A avaliação válida considera a diversidade cultural e linguística, e também as diferenças na comunicação, nos fatores sensoriais, motores e comportamentais.

Hipótese 3-Em cada indivíduo as limitações frequentemente coexistem com as potencialidade.

Hipótese 4-Um propósito importante ao descrever as limitações é o de desenvolvimento um perfil aos apoios necessários.

Hipótese 5-Com apoios importantes apropriados durante um determinado período de tempo, o funcionamento cotidiano da pessoa com retardo mental em geral melhora. (AAMR, 2006, p.25 apud PLETSCHE, 2010, p.111).

Estes foram os conceitos atualizados da Associação Americana de Retardo Mental (AAMR) onde ressalta que este sistema multidimensional supera algumas idéias antes relacionadas à deficiência mental.

A Associação de Retardo Mental também sugeriu quatro tipos de apoios onde a pessoa com deficiência intelectual pode ser incluída junto às crianças da classe comum, sendo que o seu desenvolvimento e aprendizagem será significativa. Os educadores da educação especial poderão trabalhar junto com os professores das salas comuns para que estes sujeitos tenham um conhecimento pedagógico. Estes suportes são:

Apoio Intermitente- Utilizado esporadicamente quando necessário, em fases de mudanças bruscas na vida da pessoa e/ou situações específicas de aprendizagem, como por exemplo, o ingresso do aluno da classe regular.

Apoio Limitado- oferecido por tempo limitado para o ingresso na escola e no mercado de trabalho, por exemplo.

Apoio Extensivo- oferecido de forma periódica e regular, podendo se entender sem limitação de tempo para determinados ambientes, como a escola, o trabalho ou a casa, ou para adaptação no campo profissional.

Apoio pervasivo ou generalizado-. Constante intenso, disponibilizado em todos os ambientes durante toda a vida; em geral, é realizado por uma equipe de diferentes profissionais. (PLETSCH, 2010, p.114)

Além da AAMR ter mencionado suas hipóteses, a AAIDD impõe alguns apoios e alguns comportamentos adaptativos para pessoas com deficiência. Esses comportamentos são para que o sujeito com deficiência possa ter seus suportes de vivência e aprendizagem.

Em 2010 a AAIDD descreveu cinco dimensões que envolvesse os conceitos de Deficiência intelectual, são elas:

Dimensão I- Habilidade Intelectual:

Diz respeito aos conceitos considerados científicos, como a capacidade de raciocínio, planejamento, solução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, rapidez de aprendizagem e aprendizagem por meio da experiência.

Dimensão II-Condução/comportamento adaptativo:

Refere-se a experiência social de cada indivíduo. É entendida como o “conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas adquirida pela pessoa para corresponder às demandas da vida cotidiana”.

Dimensão III- Saúde:

A saúde é compreendida como um elemento integrado ao funcionamento individual da pessoa com deficiência intelectual. O sistema segue as classificações de saúde da Organização Mundial de Saúde.

Dimensão IV- Participação:

Diz respeito à participação e a interação do sujeito com deficiência na vida em comunidade, bem como aos papéis que desenvolve nela.

Dimensão V- Contexto: Descreve as condições nas quais a pessoa vive, tomando como referência a perspectiva ecológica, incluindo três níveis da vida social: a) o entorno imediato (microssistema); b) a comunidade e outros serviços (mesossistema); e c) as influências gerais da sociedade (macrossistema). (PLETSCH, 2010, p.109-111).

Estas são as dimensões que falam a respeito das pessoas com deficiência intelectuais, sendo estes os aspectos do desenvolvimento da pessoa e do ambiente em que este sujeito está inserido e apoios.

Mesmo que estes aspectos estão no dia-dia do sujeito e importante ressaltar que estas dimensões estão ligadas a seu social, cultural e sua história e não somente por parâmetros biológicos.

### **2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O JOVEM COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Com o passar dos anos a educação desses sujeitos com deficiência foi sendo integrado junto a sociedade para que os mesmos tivessem uma educação apropriada, ou seja, um ensino educacional como qualquer criança sem deficiência, visando o seu ensino em conjunto de crianças sem deficiência. Assim integrar esses sujeitos com deficiência em ambientes com o mínimo de restrição possível e ao máximo dos espaços naturais. Na década de 70 a educação passa a ser subsidiada por práticas pedagógicas que fortalecem as ideias contemporâneas e direitos humanos desses sujeitos com deficiência.

A educação inclusiva para esses sujeitos começa na década de 90 com mudanças no paradigma. Segundo Sasaki (1999, p.14, apud CASTRO 2011, p.13) diz que:

Processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre a soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

As escolas começam a ter forças para que estes sujeitos possam ter igualdade nos sistemas escolares. Assim o direito de que estes sujeitos com deficiência possam ter acesso a escolas regulares e valorizando a diversidade.

A inclusão tem quatro centrais importantes que foram elaboradas pelo autor Voivodic (2003, p.21 apud CASTRO, 2011, P.13), "o primeiro e a psicanálise; segundo direitos humanos; terceira pedagogia institucional e o quarto pilar e desinstitucionalização manicomial". Os caminhos da educação desses sujeitos com deficiência intelectual foi passando por vários períodos ate chegar aos dias de hoje em que é praticada a inclusão e discutido também para estes que sujeitos tenham uma

integração com a sociedade.

A deficiência intelectual tem sido acompanhada por vários profissionais da saúde e da educação como médicos, psicólogos e educadores, entre outras áreas profissionais. Estes profissionais terão que trabalhar com estes sujeitos oferecendo apoios necessários e serviços adequados.

A educação das pessoas com deficiência intelectual é a mesma das crianças sem deficiência, assim oferecendo apoio ao desenvolvimento, às limitações, e respostas que possam ter uma importância na educação e na vida dessas pessoas com deficiência intelectual. Preparando estes sujeitos para sua vida desde o nascimento, juventude e na fase adulta para que possam ter o conhecimento educacional e para suas etapas do desenvolvimento cognitivo. A aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual pode ser desenvolvida e oferecida em escola comum onde tem um papel importante para que estes sujeitos tenham uma inclusão social.

Por muito tempo a educação dos sujeitos com deficiência intelectual era de forma segregada e somente em classes especiais, porém tinham o conhecimento da educação em instituições apropriadas para pessoa com deficiência. Estas classes especiais em certo período, no Brasil, começam a ser expandidas para as escolas regulares e o sujeito que tem o diagnóstico de deficiência mental leve poderia ter atendimento educacional.

A escola é um ambiente muito importante para a pessoa com deficiência, um espaço diferente, de convívio, conhecimento, assim proporcionando um lugar onde estes sujeitos poderão se relacionar e ter possibilidades de desenvolvimento.

É importante ressaltar a importância da escola na vida do aluno com deficiência intelectual, não a ênfase de o aluno estar apenas presente na escola, e sim, a sua maneira de escolarização, que seja articulada conforme as mudanças em que vem acontecendo em todo o país, desde os efeitos sobre a construção do conhecimento e aprendizagem do sujeito, conforme as práticas curriculares evidenciadas em nossas escolas.

Desde 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) propôs mudanças nas escolas, que fossem adequadas para receber sujeitos com alguma deficiência e que AEE fosse oferecido nas escolas de forma a estimular a aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e social.

Muitos professores ainda pensam que a pessoa com deficiência intelectual não terá sucesso na sua aprendizagem e que seu desenvolvimento só será através de um diagnóstico médico para que possa se ter uma hipótese de trabalho.

As pessoas com deficiência intelectual são rotuladas e para que isto não aconteça e sua aprendizagem seja de grande sucesso, os atendimentos educacionais são realizados no turno inverso do sujeito com durações variadas de uma a três horas por semana. Sendo que estes atendimentos são adaptados com jogos educacionais, brinquedos, mas para que este processo de ensino educacional se tornasse mais fácil e produtivo os professores da sala comum e educadora tem que trabalhar em conjunto.

A intervenção pedagógica numa perspectiva inclusiva deve considerar que existe uma diversidade em sala de aula regular e que o aluno aprende em diferentes formas e isso enriquece o processo educacional. A maneira diversificada de organização de tempo e espaço precisa ser previstos, respeitando os estilos e ritmos de aprendizagem e estratégias, adequando a necessidade dos alunos.

É importante identificar o que o aluno deveria aprender, ou seja, o que está sendo proposto em sua série/ano escolar. A partir disso, identificar o que o aluno já sabe fazer sozinho, para organizar as metodologias de acordo com o seu ritmo de aprendizagem.

O professor da sala regular e o professor da sala multifuncional tem que trabalhar juntos(as), pois o aluno e o professor da sua sala de aula precisam de um apoio pedagógico para ter um plano pedagógico para este sujeito.

A estimulação da adaptação curricular para estes sujeitos é muito importante, pois a educação dessas pessoas com deficiência deve incentivar a interação junto à sociedade para que eles possam ser educados para o social. O seu desenvolvimento será de uma forma decisiva e o contexto no qual a pessoa com deficiência está inserida, seja ela familiar, escolar social e comunitária, será de forma complementar para estes sujeitos.

Já os atendimentos educacionais em sala de recursos multifuncionais são realizados em períodos inversos, e os alunos com D.I terão grandes desafios a enfrentar juntamente com o professor da sala regular e educador especial.

O professor da sala regular terá que trabalhar suas propostas pedagógicas juntamente em conjunto ao educador especial para o ensino desse aluno com deficiência e para a classe toda, e para que seja com sucesso, onde muitas escolas hoje em dia não realizam este trabalho, deixando somente o educador realizar esta proposta de ensino.

O ensino colaborativo é uma opção favorável para que a pessoa com deficiência intelectual e os alunos sem deficiência possam interagir juntos nesse desenvolvimento educacional e social, é um meio para a inclusão desses sujeitos com deficiência. E para este ensino colaborativo acontecer é fundamental o trabalho compartilhado entre o professor regular e o professor da educação especial, deste o planejamento até os diferentes momentos de trabalho com a turma. (MENDES, p.26, 2014)

Os profissionais da educação podem, assim, conseguir trabalhar em conjunto com toda a classe e também analisar o desenvolvimento desta pessoa com deficiência e assim trabalhar a inclusão com a classe regular.

As atividades para estes sujeitos podem ser de várias formas como jogos, atividades lúdicas, quebra-cabeça, projetos, construções de materiais educativos, dominós, imagens, informática entre outras tantas.

A aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos com deficiência serão por etapas e no tempo deles, mesmo que alguns terão grandes avanços, outros menos, ou seja, algumas deficiência ainda vão necessitar de mais tempo para que o aluno consiga ter seu tempo necessário para que haja uma aprendizagem, onde o aluno consiga realizar estas atividades propostas pelos professores.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, sendo esta,

[...] aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise. (DALFOVO, LANA E SILVEIRA, 2008, p.09)

Como os dados não serão expressos exatamente em números obrigatoriamente, a análise do mesmo pode ser feita através de fotografias, desenho, sons e relatos. O pesquisador precisa ter o conhecimento da realidade do sujeito pesquisado para obter várias interpretações de um resultado considerável, e é preciso ter fontes de onde este pesquisador possa caracterizar o lócus da realidade dos sujeitos pesquisados.

As primeiras permanências serão de uma coleta de dados a partir de observações feitas durante o estagio de déficit cognitivo que foi realizado no oitavo semestre, para que assim se atinja os seus significados dos objetivos traçados pelo pesquisador, o qual vai se aprofundar nos estudos da área para ter conhecimentos desta pesquisa. No caso desta pesquisa, o pesquisador irá realizar um olhar para a realidade das pessoas com deficiência intelectual e estará inserido neste contexto buscando alcançar os resultados desta pesquisa qualitativa.

Pode-se caracterizar também esta pesquisa com estilo descritivo, que em afinidade aos estudos apresenta-se com abordagem na compreensão dos sujeitos. De acordo com Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p.4) "[...] Estando dentro de análises quantitativas e qualitativas, quando há um levantamento de dados e o porquê destes dados".

A pesquisa descritiva será realizada, pelo pesquisador para procurar entender a realidade do sujeito pesquisado possibilitando compreender e interpretar os fatos corretamente, conforme seus objetivos.

[...] os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão. (TRIVIÑOS, 1987, p. 112 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009,p.35).

O estudo descritivo tem como foco determinadas características como técnicas de coleta de dados para a sua pesquisa.

A pesquisa é cuidadosa quanto aos aspectos éticos, sendo que, a partir da entrega da Carta de Apresentação na escola (Apêndice 1), a instituição assinou uma Autorização Institucional (Apêndice 2) para realização da pesquisa na escola. Os sujeitos participantes do estudo foram informados a respeito da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice 3), permitindo a utilização dos dados para a pesquisa científica e o Questionário (Apêndice 4).

Os sujeitos participantes do estudo foram informados a respeito da pesquisa e assinaram o Termo de consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 3), permitindo a utilização dos dados para a pesquisa científica.

A escolha por realizar esta pesquisa em determinada instituição se deu por observações realizadas na escola, no primeiro semestre de 2016, na disciplina de Metodologia de Déficit Cognitivo.

A coleta de dados será realizada na respectiva escola onde aconteceram as observações do aluno, sendo que o instrumento que será utilizado para coletar dados na pesquisa será um questionário. Este caracteriza-se por um conjunto de quesitos, problema ou uma lista de perguntas que os sujeitos envolvidos irão preencher. Este questionário foi elaborado com dez perguntas e constituiu produzido a partir da problemática e dos objetivos a serem alcançados pela pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi, o questionário

É um instrumento de coleta de dados, constituindo por uma serie ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do

entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador, depois de preenchido o pesquisado devolve-o do mesmo modo [...] (LAKATOS E MARCONI, 2009, p.203).

A referida pesquisa de conclusão de curso foi realizada no segundo semestre de 2016 e participaram três sujeitos, os quais terão suas identidades preservadas. Desse modo, este questionário foi aplicado com a professora de um aluno com deficiência intelectual, a coordenadora pedagógica e educadora especial da escola, sendo mencionados como sujeitos T1, T2 e T3.

A análise dos dados dos questionários foi realizada questão a questão, nas quais foram escolhidos os assuntos principais que foram abordados pelos participantes e que são relevantes para a discussão dos objetivos da pesquisa.

A análise de dados acontecerá mediante informações organizadas por agrupamentos seguindo a organização das perguntas realizadas no questionário aos participantes.

As questões guias do questionário surgiram a partir de experiências sobre a inclusão, junto a escolas de ensino regular visando conhecer a inclusão dos sujeitos com deficiência e como os profissionais estão atuando com esta experiência cotidiana.

As questões guias foram elaboradas para serem aplicadas no questionário, o qual foi entregue aos participantes e devolvido em alguns dias com seu preenchimento. Após o preenchimento do questionário pelos participantes, suas informações a respeito das pessoas com deficiência intelectual foram analisadas e discutidas.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

A seguir faz-se a análise e discussão dos dados desta pesquisa, a qual faz o uso do método qualitativo, sendo que este procura responder aos objetivos iniciais, onde utiliza-se como instrumento de coleta de dados o questionário.

Quanto à pergunta número 1, a qual questionou “Quais são os recursos pedagógico que a escola dispõe para atender os jovens com deficiência intelectual? Quais destaca como relevantes para a educação destes sujeitos?”, os sujeitos responderam que:

*“Devido ao envio de materiais e recursos do MEC, percebe-se que a escola possui recursos tecnológicos muito bons e são utilizados pelos alunos conforme suas necessidades para sua aprendizagem.” (sujeito T1)*

*“A escola dispõe de vários recursos principalmente na sala de recursos com jogos, computadores e programas adequadas para os alunos inclusos, pátio para praticarem atividades que desenvolvem as habilidades motoras com materiais, projetos com cinoterapia e demais recursos que utilizadas por todos os alunos.” (sujeito T2)*

*“A escola através do AEE fornece diversos recursos para nossas crianças. Com diversas atividades brincadeiras, jogos, a cinoterapia, assim eles tem condições necessárias e suficientes para desenvolverem-se nas áreas motoras.” (sujeito T3)*

A escola por mais que ofereça várias oportunidades para o sujeito com deficiência, necessita ainda de muitas atenções para o ensino desses sujeitos. Mesmo que a escola possua muitos recursos, muitas vezes não há profissionais que sejam preparados para executar de forma correta e coerente este ensino pedagógico.

Os recursos que os profissionais mencionam são recursos que as escolas recebem do governo para um ensino mais adequado ao desenvolvimento pedagógico do aluno com deficiência intelectual, onde muitas vezes os profissionais terão que desenvolver outros recursos pedagógicos para que o sujeito com deficiência seja

incluído junto aos outros alunos da escola regular. É não ter somente aquele atendimento em sala multifuncional, mas ampliando para outros espaços.

A partir das respostas dos sujeitos T1, T2, T3, percebe-se que o sujeito T1 comparando com os demais sujeitos da pesquisa, não mencionam os recursos disponíveis na sala multifuncional, que segundo os sujeitos o MEC disponibiliza todos os materiais necessários para o complemento da aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual.

Considerando o que menciona Azanha,

*[...] A escola contemporânea é, pois, uma novidade social e cultural. Nesse novo espaço institucional, o desempenho do professor não mais pode ser pensado como uma simples questão de formação teórica de alguém que ensina como também o desempenho do aluno não mais pode ser considerada como uma simples questão de motivação e de esforços individuais. A escola de hoje é uma ruptura com a escola do passado, sempre inspirada numa visão preceptorial da relação pedagógica. Analogamente, a família contemporânea é uma novidade social e cultural em comparação com a família de algumas décadas atrás. As relações entre pais e filhos, nessa nova situação, não podem tomar como modelo aquelas vigentes no passado. (AZANHA, 2004, p.272)*

As escolas de hoje devem ter uma nova visão sociocultural e pedagógica no ensino de seus indivíduos, sendo que nesta mesma escola pode haver um ensino com a cooperação de uma rede onde a qualidade do ensino não dependerá estreitamente do professor, ou seja, professor e aluno (mais família) deverão trabalhar juntos para que todos os recursos pedagógicos possam atender com eficácia os jovens com deficiência.

Referindo a pergunta 2, a qual questiona “Que apoios profissionais foram/são ofertados para favorecer a aprendizagem do jovem com deficiência intelectual na escola?”, os sujeitos responderam que:

*“Antes não tínhamos o professor de educação especial na escola. Temos na escola o profissional orientador educacional, projeto da UNIFRA com oferecimento de estudantes de psicologia, o PRAEM, CRAS, CAPSI em parceria com as escolas da rede pública.” (sujeito T1)*

*“Temos a sala multifuncional com o profissional da educação especial e estagiárias, monitores.” (sujeito T2)*

*“Temos apoio, e profissionais competentes”. (sujeito T3)*

Os profissionais mencionam que antigamente, na década de 50 e 60, os alunos com deficiência tinham somente atendimentos em instituições especializadas, ou seja, não tinham escolas adaptadas para este público alvo da educação especial ainda, e nem nas escolas da rede pública. Com o passar dos anos e com muita luta para que este público fosse visto de outra forma e ter seus direitos garantidos dentro das escolas públicas, foram criados projetos para que os sujeitos com deficiência tivessem direito a inclusão, pois muitos eram atendidos somente fora destes espaços. Estes atendimentos podem ser realizados em escolas junto com os profissionais que apóiam e atuam na área da inclusão e da educação especial.

Ao observar as respostas dos profissionais da educação pode-se analisar que a educação necessita de muitos avanços para que haja uma melhora na qualificação desses profissionais. Pois esses profissionais ainda demonstram despreparo, para que os mesmos possam contribuir na educação destes jovens com deficiência, pois sem a orientação da educadora especial eles tornam-se inseguros e despreparados para o ensino inclusivo. Mesmo com a presença de muitos profissionais que atuam na escola auxiliando na área da educação especial, a escola (professores de todas as áreas) ainda necessita que haja um olhar mais amplo, ou seja, a união de todos os profissionais envolvidos com o sujeito com deficiência intelectual possa ter uma melhor qualidade cognitiva.

De acordo com o que menciona o documento da Proposta de Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica:

[...] Orientar e medir o ensino para aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;

utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe. (PLETSCH, 2010, p.59 apud BRASIL,2001, p.5).

O professor deverá distinguir a diversidade e o sucesso da pessoa com deficiência. Pois o mesmo será o agente formador ou o indivíduo que será responsável por utilizar novas tecnologias como suporte de apoio para a educação.

Referindo à pergunta 3, a qual questiona “Como você percebe os processos de inclusão do aluno com deficiência intelectual?,” os sujeitos responderam que:

*“Percebo que o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual, vem acontecendo lentamente e também mobilizando aos poucos todos envolvidos com a educação. Há que se pensar que além do acolhimento nos espaços educacionais são imprescindíveis mudanças curriculares e suas possibilidades de adaptações conforme as necessidades dos alunos. Não basta apenas garantir o seu acesso e sim de muita relevância a sua permanência com aprendizagem significativa para sua autonomia social e familiar”.*(Sujeito t1)

*“Acho importante e necessário esta inclusão com todos crescem e aceitam as diferenças”.*(Sujeito t2)

*“Percebo um processo tranquilo, aceitável”.*(Sujeito3)

Segundo os sujeitos T1 e T2, estes relatam que o processo de inclusão é necessário para aceitação das diferenças, permanência desses sujeitos com deficiência no sistema regular de ensino e autonomia dos mesmos. Já o sujeito T3 menciona que o processo de inclusão está sendo tranquilo, sem apontar desafios no processo de inclusão.

A educação desses sujeitos com deficiência vem sendo trabalhada e discutida, para que todos que tem deficiência intelectual sejam incluídos e tenham profissionais capacitados para estes atendimentos educacionais. Os profissionais relatam que este processo da inclusão ainda esta sendo trabalhado lentamente com todos da sociedade e grupo familiar para que assim possam acolher todos em espaços educacionais e que todos aceitem a diferença de outro jeito.

A inclusão dessas pessoas com deficiência ainda está em processo inicial para que todos os profissionais e os alunos sem deficiência tenham acesso mais adequado na educação inclusiva. Segundo aos profissionais que responderam ao questionário é necessário que ocorra a inclusão, porém nem sempre a rotina e a organização escolar são trabalhadas de maneira adequada para que haja sucesso na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

[...] Precisamos entender que escolas receptivas e responsivas, isto é inclusivas, não dependem só e apenas dos seus gestores e educadores, pois as transformações que nela precisam ocorrer, urgentemente, estão intimamente às políticas em geral e, dentre elas, às políticas sociais. (Márcia 2005, p.15, grifo do autor apud PLETSCHE, 2010, p.78).

A inclusão não necessariamente dependerá somente da instituição escolar, o Estado tem o dever de criar recursos melhores para as escolas atuarem com ensino desses sujeitos com deficiência intelectual, ou seja, ter profissionais preparados para os atendimentos pedagógicos e o ensino regular. Deste modo para que isso possa acontecer o governo deve ofertar subsídios que ampare os profissionais.

Quanto a pergunta 4, a qual questiona: “A escola trabalha a questão da diferença desses alunos com deficiência? Como?” os sujeitos responderam que:

*“O trabalho mais efetivo em relação à diferença é realizado pela profissional de educação especial, através de falas, atividades e técnicas com os alunos e também com os professores da escola sempre que necessário. Também se busca a ajuda de outros profissionais que possam compartilhar suas vivências para que todos tenham um novo e singular olhar para seu aluno.”(Sujeito T1).*

*“Sim, dentro de cada disciplina são abordados temas sobre as diferenças.”(Sujeito T2).*

*“Fazendo que todos se aceitem, e saibam que somos iguais.”(Sujeito T3).*

Segundo os relatos dos profissionais, os mesmos interagem com todos os alunos em sala de aula de uma forma educacional para que possam aceitar a diferença dos

outros sujeitos que ali na escola estão matriculados. E também trabalham nas disciplinas que são ofertadas na escola sobre a inclusão desses sujeitos, mas este trabalho não é somente com os alunos. É trabalhada a inclusão também com os profissionais que atuam na escola.

*A política de educação inclusiva demanda que a escola transforme concepções e práticas tradicionais de educação pautadas no déficit do aluno em uma concepção curricular flexível, que se adapte as suas necessidades específicas e que propicie a aprendizagem e construção de conhecimento. (GLAT, 2007, p.05 apud PLESTCH, 2010, p.164).*

A autora relata que a adaptação curricular pode ser reestruturada para que os sujeitos com deficiência intelectual possam ter uma aprendizagem igual a todos e não somente diferenciada para eles como vem sendo trabalhado por alguns profissionais da educação, mas sim como qualquer aluno da classe comum. Sem que seja necessário que este sujeito com deficiência fique no fundo da sala e realizando atividades educacionais diferenciadas e sim interagir junto a todos da turma.

Referindo-se à pergunta 5, a qual questiona “Na sua opinião os professores da escola regular estão preparados para receber um sujeito com deficiência em sala regular?”, os sujeitos responderam que:

“Esse argumento continua persistindo nas escolas. O “não preparo” é a grande justificativa que ouço diariamente quando vou falar de algum aluno sobre as possibilidades e adequações metodológicas e pedagógicas. Para mim isso por si só não se justifica, visto que temos muitos cursos, livros, leituras... sobre o assunto. Penso que existe também, muito descomprometimento e estranhamento com o diferente, com tudo aquilo que foge da normalidade que estão acostumados. Há que se pensar também que a desvalorização profissional, sucateamento das escolas, enturmação, são fatores que corroboram para a dificuldade de receber um aluno com deficiência.”(Sujeito T1).

“Acredito que os profissionais que estão formados a mais tempo tenham menos preparo para receber os alunos inclusos.”(sujeito T2)

“Acho que deve ser feita uma reforma curricular nos cursos de pedagogia e demais licenciaturas preparando melhor os alunos que estão na

graduação.”(Sujeito T2).

“Com certeza falta muito preparo. Ainda é uma tarefa delicada. Mas é recompensadora.”(Sujeito T3).

Os participantes da pesquisa que atuam na escola relatam que acreditam que os profissionais da educação necessitam de muito preparo educacional sobre a inclusão. E também para receber os sujeitos com deficiência no ensino regular e na sala de aula, ou seja, nem todos os profissionais que atuam em algumas escolas públicas estão preparados para receber um aluno incluído e nem as escolas estão adaptadas para receber este sujeito com deficiência. Sendo que a educação desses sujeitos com deficiência necessita de olhar mais amplo para o ensino pedagógico, educação e o profissionalismo.

Desse modo, é importante pensar o trabalho cooperativo entre o professor regular e o profissional da Educação Especial, que pode dar o apoio necessário para o trabalho com o aluno. Segundo Lunardi (2003, p.63):

Entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica que segue recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educativas especiais, em todas as etapas e modalidades da educação.

Após esta discussão, entende-se que os profissionais da área da educação e devem definir suas propostas pedagógicas adaptando sempre suas práticas para que os sujeitos que apresentam alguma necessidade educacional possam receber recursos que contribuam para seu aprendizado.

Através desta pesquisa percebeu-se que os jovens com deficiência intelectual após se aproximar da adolescência começam a manifestar certa insatisfação com espaço escolar e demonstrando impaciência com atividades que não trazem significados para seu desenvolvimento intelectual.

Tendo em vista esta mudança característica da fase de todo o adolescente, pressupondo que com deficiente intelectual não é diferente e passa por todas as fases do desenvolvimento, o que ocorre com a chegada da puberdade é que o sujeito acaba não se encontrando no espaço escolar, pois muitas vezes é excluído do grupo escolar com a mesma faixa etária por não se encaixar nos padrões exigidos pelo próprio grupo, o que acarreta muitas vezes o comportamento agressivo do sujeito com deficiência intelectual.

Considerando a pergunta 6, a qual questiona “Quais são as práticas pedagógicas que os professores da sala regular e da sala de recursos multifuncional elaboram para educação do aluno com deficiência intelectual?”, o sujeito T1 respondeu que:

Quanto às práticas pedagógicas dos professores da sala regular, existe um distanciamento bem relevante em relação às possibilidades dos alunos. Existe a procura do professor de educação especial para compartilhar o planejamento e atividades, mas isso ainda está muito lentamente, ainda percebo a resistência de professores para um trabalho colaborativo e de mais significado para os estudantes. Os professores ainda possuem muitas dificuldades de perceberem as possibilidades de seus alunos. Persiste o trabalho individualizado do professor de educação especial dentro do seu espaço de trabalho na sala de recursos.(Sujeito T1)

A escola através do AEE fornece diversos recursos para nossas crianças.Com diversas atividades brincadeiras, jogos, a cinoterapia, assim eles tem condições necessárias e suficientes para desenvolverem-se nas áreas motoras.(Sujeito T3)

A cinoterapia que o profissional menciona na resposta é um projeto que a educadora especial desenvolveu para que os alunos da escola e as pessoas com deficiência intelectual tivessem a inclusão de uma forma diferente. Por meio deste projeto é realizado, durante uma dia da semana, brincadeiras com cães que ajudam eles nas suas funções psicológicas, motricidade, entre outros aspectos. E assim os profissionais de outras áreas que necessita de apoio encontram junto a este projeto o apoio, e também na escola.

O sujeito T3 relata que as práticas pedagógicas que são realizadas em sala de

aula ainda tem certo distanciamento e o professor regente da turma ainda encontra dificuldades em perceber a dificuldade do aluno, com isto a procura do profissional da educação especial e que se realize um trabalho colaborativo para que seja desenvolvida um plano educacional com mais significativo.

A pergunta 7 questiona “Que metodologia o professor mais utiliza para inserir o aluno com deficiência intelectual nas atividades em sala de aula?”. Os participantes responderam que:

Percebo que a metodologia utilizada é a tradicional. Mas os alunos são bem acolhidos por todos. A inclusão social é muito forte na escola. (Sujeito T1)

Os professores utilizam as metodologias expositiva, jogos e trabalhos em grupos. (Sujeito T2)

Mesmo que os profissionais ainda utilizam o método tradicional para o ensino, deve-se ter sempre um plano de inclusão das pessoas com deficiência para que não fique somente em salas de AEE e não fiquem isolados no fundo da sala. O trabalho em grupo é um meio onde as pessoas com deficiência podem ser inseridas nas atividades escolares e ser participativas em sala, entre outras possibilidades.

A educadora especial e a escola devem sempre pensar na melhor forma de aprendizagem do aluno, pois nem sempre é a mesma de outros sujeitos, cada aluno tem suas carências educacionais e sociais. A forma de metodologia deve ser ampla e que agregue todos os alunos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi buscar investigar as práticas educacionais com jovens com deficiência intelectual na escola. A inclusão é uma lei federal, garantindo que o sujeito com deficiência intelectual tem que estar matriculado dentro do sistema de ensino para que eles tenham um aprendizado como qualquer criança sem deficiência e não somente em instituições especializadas.

Esta pesquisa foi útil para uma melhor reflexão de como o ensino desses sujeitos acontecem dentro do contexto da escola regular, ampliando o olhar sobre as práticas com estes para além do AEE.

A partir das análises percebeu-se que os profissionais que atuam na escola necessitam de muito auxílio ainda sobre a inclusão, mesmo que estes profissionais tenham formação pedagógica para a inclusão, eles ainda estão despreparados para receber estes sujeitos dentro das salas regulares e lidar com esta mudança de comportamento características da adolescência.

Ao finalizar este estudo, conclui-se que os profissionais da educação necessitam de recursos que possibilitem uma melhor formação na área da inclusão educacional. Esta pode se dar por meios, de cursos que seriam ofertados pelo governo sem que houvesse custo para o profissional.

Neste sentido, os professores poderiam receber os cursos e serem capacitados para que eles mesmos participassem e fossem elaborar as novas adaptações curriculares dentro da escola. Deste modo os profissionais poderiam trabalhar com ensino colaborativo, que também seria um método que os profissionais teriam para que possa haver a inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual

O ensino colaborativo pode ser trabalhado com toda a escola desde que a educadora especial auxilie estes profissionais neste ensino colaborativo juntamente nas salas regulares, oferecendo sugestões, amparo e também desenvolvendo estratégias para que possam proporcionar a efetivação da inclusão

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AZANHA, J. M. P. **Uma reflexão sobre a formação da escola básica.** Educ.

Pesqui. vol.30 no.2 São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a16.pdf> .Acesso em: 26/novembro/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971. Acesso em: 26/setembro/16

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Acesso em: 26/setembro/16

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em: 29/setembro/16

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva na educação inclusiva.** Brasília, MEC/SECADI, 2008. Disponível em

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)

[05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192) Acesso em: 10/outubro/16

CASTRO. FERNANDES.SABRINA. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual,** 2011.

CORREIA, C. S. V; HEIDRICH, E. M. C; RATEKE, F. G. **A permanência do sujeito na EJA:** a condição de grupo e a afetividade no cotidiano escolar. 2007. Monografia

(Especialização em Educação Profissional Técnica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica, Florianópolis, 2007.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008. Disponível em [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodos\\_quantitativos\\_e\\_qualitativos\\_u\\_m\\_resgate\\_teorico.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_u_m_resgate_teorico.pdf). Acesso em: 28/Novembro/16

GARGHETTI. F.C, MEDEIROSJ.G, NUERNBERG.A.H, **Breve história da deficiência intelectual**, <http://www.revistareid.net/revista/n10/REID10art6.pdf>. Acesso em :26/Novembro/16)

LUNARDI, M. L. **A produção da normalidade surda nos discurso da educação especial**. Julho,2003.UFRGS-POA

MARCONI, M.A & LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. 7.reimp. São Paulo, Atlas 2009.

MENDES, E.G & MATURANA, A. P. P. M. **O apoio à escolarização de estudantes com deficiência intelectual**: salas de recursos multifuncionais e/ou instituições especializadas. Acesso em: 29/outubro/16

MENDES, Enicéia Gonçalves, VILARONGA, Carla Ariela Rios, ZERVATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar** . – São carlos: Ed UFSCAR, 2014.

PLETSCH, D. M. **Repensando a inclusão escolar**: Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro. Ed. Nau...:Edu.2010.

## APÊNDICE 1



### CARTA DE APRESENTAÇÃO

À Direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Perpétuo Socorro

Venho por meio desta apresentar a acadêmica **Daiana Soares Nunes**, do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), devidamente matriculado (a) nesta Instituição de ensino, que está realizando a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada “**Práticas educacionais com jovens com deficiência intelectual na escola**”. A pesquisa tem como objetivo investigar as práticas educacionais com jovens com deficiência intelectual na escola. Será solicitado aos participantes da pesquisa o preenchimento de um questionário, sendo que serão sujeitos deste estudo um membro da coordenação pedagógica, a educadora especial e o professor regente da turma com um aluno com deficiência intelectual. Os sujeitos envolvidos assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando sua participação na pesquisa.

Informamos que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes, sendo que a pesquisa será orientada pela Prof<sup>a</sup> Tatiane Negrini.

Para tanto, respeitosamente solicitamos a V. S.<sup>a</sup>, a autorização para realização da pesquisa.

Santa Maria, 17 de outubro de 2016.

---

Prof<sup>a</sup> Tatiane Negrini  
Orientadora da Pesquisa

## APÊNDICE 2

### AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, responsável pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro, autorizo a realização do estudo “Práticas Educacionais com Jovens com Deficiência Intelectual”, a ser conduzido pelos pesquisadores Daiana Soares Nunes e Professora Orientadora Tatiane Negrini.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Santa Maria, 22 de Novembro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

## APÊNDICE 3

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: “Praticas educacionais com Jovens com deficiência intelectual na escola”

Pesquisador responsável: Profª Tatiane Negrini e Acadêmica Daiana Soares Nunes

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone e endereço postal completo: Rua: Hilda Conceição Collussi Berleze nº 551Bairro:Diacono João Luis Possobom/Maringá- (55)91928489

Local da coleta de dados: Escola Municipal Ensino Fundamental Nossa Senhora Perpetuo Socorro

Eu, Daiana Soares Nunes e profª Tatiane Negrini, responsáveis pela pesquisa “Praticas educacionais com Jovens com deficiência intelectual na escola”, o convidamos a participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa pretende investigar as práticas educacionais com jovens com deficiência intelectual na escola. Identificar os apoios para aprendizagem recebidos pelos jovens com deficiência intelectual na escola; Reconhecer como vem acontecendo as práticas inclusivas para um jovem com deficiência intelectual; Investigar quais expectativas os profissionais da escola possuem quanto à educação do jovem com deficiência intelectual.

Para sua realização será desenvolvida uma pesquisa qualitativa. Será entregue um questionário para um(a) professor(a), um(a) coordenador(a) pedagógico e um(a) educador(a) especial. Esta pesquisa tem um caráter exploratório, no qual o campo de investigação serão as Práticas Educacionais da Escola Municipal Ensino Fundamental Nossa Senhora Perpetuo Socorro. Sua participação se dará através de um questionário que terá dez perguntas descritivas.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Você pode sentir algum desconforto durante o desenvolvimento do questionário, e se isso acontecer, poderão ser realizados intervalos para evitar o cansaço. Os benefícios que esperamos com o estudo são que se tenha informações importantes sobre a temática das praticas com Jovens com Deficiência Intelectual.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

### **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Santa Maria, 22 de Novembro de 2016.

## APÊNDICE 4

### Questionário

- 1- Quais são os recursos pedagógicos que a escola dispõe para atender os jovens com deficiência intelectual? Quais destaca como relevantes para a educação destes sujeitos?
- 2- Que apoios profissionais foram/são ofertados para favorecer a aprendizagem do jovem com deficiência intelectual na escola?
- 3- Como você percebe os processos de inclusão do aluno com deficiência intelectual?
- 4- A escola trabalha a questão da diferença desses alunos com deficiência? Como?
- 5- Na sua opinião os professores da escola regular estão preparados para receber um sujeito com deficiência em sala regular?
- 6- Quais são as práticas pedagógicas que os professores da sala regular e da sala de recursos multifuncional elaboram para educação do aluno com deficiência intelectual?
- 7- Que metodologia o professor mais utiliza para inserir o aluno com deficiência intelectual nas atividades em sala de aula?
- 8- Qual a expectativa que você, professores têm sobre a educação dos jovens com deficiência intelectual?
- 9- Como a escola articula com a família para a inclusão do aluno com deficiência intelectual? As famílias destes alunos costumam participar?
- 10- Com relação à acessibilidade e a organização do espaço escolar, como a escola vêm se adaptando? Há ainda aspectos para qualificação?